

PRESTES, OS MILITARES E O PCB

GERALDO LESBAT CAVAGNARI FILHO

Comunicação apresentada por Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, coronel da reserva do Exército e pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas – NEE/ UNICAMP, no seminário Centenário de Luís Carlos Prestes, na sessão de 07/05/1998, intitulada Prestes, os militares e o PCB. A mesa contou com a participação do Prof. Gildo Marçal Brandão (USP) e de Salomão Malina, do PPS. A moderação foi feita pelo Prof. José Luís Beired, da UNESP/ Assis.

Inicialmente agradeço ao CEDEM a oportunidade que está me proporcionando para participar deste evento. Gostaria de esclarecer, também, que nem Luiz Carlos Prestes, nem o Partido Comunista Brasileiro são meus objetos de estudo. Aliás, nunca foram.

Ouvi falar de Prestes pela primeira vez em 1945, logo após a queda de Getúlio Vargas. Mas, só em 1948, é que adquiri maior conhecimento sobre ele – quando li sua biografia, escrita por Jorge Amado. E, desde então, não só ele, mas também os “tenen-

tes” passaram a ser para mim objeto de curiosidade histórica. A partir daí, passei a acompanhar a trajetória política deles – de Prestes e dos “tenentes”.

Em 1965, servindo no CPOR de Curitiba no posto de capitão, habituei-me a compulsar com relativa frequência os boletins do Exército, editados pelo Estado-Maior do Exército, não para atender a uma necessidade burocrática, mas para satisfazer minha curiosidade histórica pelos fatos que envolveram militares no processo de insurgência desencadeado no início da década de 1920 e que se prolongou até a implantação do Estado Novo.

Os boletins do Exército que mais me interessaram foram aqueles que registram fatos referentes aos “tenentes” – insubordinações, revoltas, deserções, prisões etc. Todos os envolvidos na insurgência, em algum momento, foram declarados desertores e chamados de baderneiros, de traidores da pátria pelo governo e pelas Forças Armadas. E quem são esses desertores e traidores da pátria, na década de 1920? Menciono apenas os que mais se destacaram: Prestes, Eduar-

do Gomes, Siqueira Campos, os irmãos Távora (Joaquim e Juarez), João Alberto e Cordeiro de Farias. Com exceção de Eduardo Gomes e Joaquim Távora, todos eles participaram da Coluna Prestes.

É claro que o meu interesse histórico pelo “tenentismo”, a Coluna Prestes, a Revolução de 30, 1935 e o Estado Novo não se limitou à consulta a tais boletins. Com o tempo esse interesse foi-se beneficiando de leituras mais profundas sobre esses acontecimentos – principalmente na década de 1970.

Jamais tive algum contato pessoal com Luiz Carlos Prestes. Vim a conhecê-lo na UNICAMP, no final da década de 1980, quando ele prestava depoimento no Arquivo Edgard Leuenroth. Foi a única vez que o vi pessoalmente. Em todos esses anos, o que mais me impressionou nele – além do seu caráter, da sua honestidade, da sua coerência política – foi a sua postura, a manutenção de uma postura adquirida no Colégio Militar. Para mim, Prestes nunca deixou de ser um militar.

Nesta exposição, não pretendo

biografá-lo. Vou apenas centrá-la em três fatos históricos que estão ligados a Luiz Carlos Prestes: a Coluna, 1935 e a Guerra Fria.

A historiografia brasileira tem privilegiado mais a dimensão política que a dimensão militar da Coluna Prestes. Até hoje, não foi feito nenhum estudo dessa dimensão. É verdade que não houve por parte do Partido Comunista, nem da esquerda brasileira, assim como do meio acadêmico, preocupação em orientar o estudo também para a dimensão militar. O Exército brasileiro, por sua vez, procurou sempre desqualificá-la como seu objeto de estudo – assim como fez com Canudos e Contestado. Por quê? Porque ao estudar tais fatos históricos, teria de obrigatoriamente inseri-los na memória militar e de reconhecer sua incapacidade para lidar com conflitos de baixa intensidade.

Foram necessárias várias expedições militares para aniquilar Canudos. Aniquilar não no sentido consagrado por Clausewitz – de retirar do inimigo a capacidade de reagir de modo organizado e de

prosseguir na guerra –, mas no sentido literal. Ou seja: eliminar todos os homens válidos, preservando apenas os idosos, as mulheres e as crianças. Na Guerra do Contestado ocorreu o mesmo, só que em menor escala e com menos violência.

Os estudos sobre Canudos e o Contestado, realizados no âmbito militar, têm sido até o presente medíocres. A experiência militar adquirida nesses conflitos não foi aproveitada, no momento devido, para se repensar a doutrina e a organização militares, tendo em vista futuros conflitos de baixa intensidade. Essa experiência não produziu nenhuma modificação substantiva no Exército. Ele manteve-se inapto para dar respostas eficazes a futuros conflitos de tal natureza.

Se alguns estudos foram feitos sobre Canudos e o Contestado, nenhum estudo sobre a Coluna Prestes, por sua vez, foi realizado no âmbito militar. Embora as Forças Armadas, ou mais precisamente o Exército, reconheçam aqueles dois conflitos armados como fatos históricos – não há dúvida, desagradáveis na visão militar –, o mesmo não ocorre com a Co-

luna. Por quê? Porque, apesar de toda a incompetência revelada na conduta das operações militares, o Exército foi o vencedor em Canudos e no Contestado, e esse resultado não se confirmou contra a Coluna Prestes. Ou melhor, a história militar brasileira não registra as derrotas sofridas pelas Forças Armadas.

É verdade que a única derrota sofrida pelo Exército brasileiro em combates de baixa intensidade – ou seja, em operações contra irregulares – foi quando se confrontou com a Coluna Prestes. Tem sido um erro mantê-la ausente da memória militar. É uma pena. Quanta experiência desperdiçada, que poderia orientar revisões profundas na doutrina e na organização militares. Assim, o Exército viu-se obrigado, meio século após, a buscar nas experiências estrangeiras (francesa e norte-americana) subsídios para sua doutrina e sua organização no combate a irregulares, durante a Guerra Fria.

A rejeição de Luiz Carlos Prestes pelas Forças Armadas brasileiras não se apresentou durante a ação da Coluna,

nem quando da sua dissolução. Após a Intentona de 1935 é que essa rejeição viria a se apresentar com virulência crescente. O levante de 1935 eliminou qualquer possibilidade de essas forças reconhecerem em Prestes o chefe militar vitorioso, o brilhante estrategista militar que impôs a elas a única derrota na história militar brasileira.

A chamada Intentona de 1935 é o segundo fato histórico ligado a Luiz Carlos Prestes. Não pretendo emitir qualquer opinião a respeito de sua concepção e de seu desencadeamento. Pretendo apenas destacar sua consequência mais significativa, operacionalizada com competência por Góes Monteiro.

As Forças Armadas (Marinha e Exército) estavam submetidas a um processo de desgaste desde 1922 – desde o levante do Forte de Copacabana –, enfrentaram 24, 30 e 32, antes de culminar em 35. Em todo esse período, os militares tiveram presença política significativa, mantendo um clima indesejável de indisciplina, de afronta à hierarquia. Foi um período de instabilidade crônica. O retor-

no da estabilidade político-institucional, condição necessária para o desenvolvimento do País, só seria possível, segundo Góes Monteiro, se o Estado dispusesse de Forças Armadas disciplinadas.

A dificuldade para impor o respeito aos princípios da hierarquia e da disciplina só foi superada em 1935. Góes Monteiro entendeu que essa dificuldade só seria superada se fosse possível unir as Forças Armadas em torno de uma causa comum – e 35 proporcionou essa causa, a do anticomunismo. O anticomunismo induziu à reintrodução de tais princípios nas Forças Armadas. Ou seja, 35 garantiu a consolidação da unidade militar. A partir daí, então, elas estariam aptas para sustentar um projeto maior – o Estado Novo.

O anticomunismo alastrou-se no meio militar porque grande parte – diria maioria esmagadora – dos militares não era comunista. Mas ele seria triunfante em 1964 mesmo com a presença significativa de militares comunistas – cujo contingente de militantes superou de muito o de 1935. Daí o paradoxo: a

presença comunista nas Forças Armadas foi mais significativa em 1964 que em 1935.

A Guerra Fria criou o terceiro fato: a busca da decisão no âmbito militar, ansiosamente perseguida pelos anticomunistas. O conflito Leste-Oeste induziu à criação de um ambiente favorável a eles: a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina, o consenso ideológico em torno do anticomunismo e o alinhamento estratégico dos países latino-americanos com os EUA.

Embora na clandestinidade desde 1947 – e enfrentando dificuldades de toda a ordem –, o PCB conseguiu manter uma presença significativa no meio militar. O engajamento dos militares comunistas em campanhas nacionalistas e o controle, por algum tempo, do Clube Militar não foram suficientes para neutralizar a eficiente direita militar. De certo modo, diria que a esquerda militar – majoritariamente comunista – não foi competente, durante o Governo João Goulart, no estabelecimento do controle efetivo das Forças Armadas. E, no seu esforço para

alcançá-lo, reproduziu em maior escala, mas sem sucesso, o que tentara em 1935: solapar a hierarquia e a disciplina no âmbito das Forças Armadas.

A partir de 1964, na visão militar, a postura ideológica do Brasil no conflito Leste-Oeste era inequívoca – anticomunista. Na frente externa, manteve-se alinhado com os Estados Unidos contra o expansionismo soviético. Na frente interna, agindo com meios próprios, buscava o aniquilamento da subversão comunista – ou seja, do “inimigo interno”. Como a direita militar rotulava de “comunista” toda a esquerda, por extensão, toda a oposição ao regime autoritário passou a ser considerada “comunista”. É claro que o anticomunismo recrudescer no âmbito militar, durante o autoritarismo.

Hoje, já com 15 anos de regime democrático e com 10 anos sem guerra fria, espera-se que, com o tempo, Prestes venha a ser recuperado para a memória militar. Prestes é reconhecido como um dos personagens mais destacados da história do Brasil, mas continua ainda estigmatizado na história militar brasileira.

Não há dúvida de que o tempo apagará essa marca infamante. Após sua morte, já lhe foi legalmente concedida a patente de coronel do Exército. Creio que deve ser o início de uma correção histórica.

O reconhecimento de seu protagonismo destacado na história decorre tanto de seus acertos como de seus erros. Mas, de qualquer modo, Luiz Carlos Prestes “marcou a história do Brasil mais do que qualquer outro”. Do ponto de vista militar, comandou “a primeira longa marcha do século XX, uma das mais fantásticas proezas militares (guerrilheira em sua concepção e execução) de que se teve notícia até que Mao Tsé-Tung, anos depois, assombrou o Oriente com a sua longa marcha” (O Estado de S. Paulo, 8 de março de 1990).